

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em suas provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Caso, em seu caderno de provas, haja itens que demandem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB2A2AAA

1 É inegável que o Estado representa um ônus para a
 sociedade, já que, para assegurar o seu funcionamento,
 consome riquezas da sociedade. Representa, porém, um mal
 4 necessário, pois até agora não se conseguiu arquitetar
 mecanismo distinto para catalisar a vida em comunidade.
 Então, se do Estado ainda não pode prescindir a civilização,
 7 cabe-lhe aprimorá-lo, buscando otimizar o seu funcionamento,
 de modo a torná-lo menos oneroso, mais eficiente e eficaz.

O bom funcionamento do Estado, que inclui também
 10 o bom funcionamento de suas estruturas encarregadas do
 controle público (Ministério Público, Poder Legislativo e
 tribunais de contas, entre outros), vem sendo alçado à condição
 13 de direito fundamental dos indivíduos. Pressupõe,
 notadamente sob as luzes do princípio constitucional da
 eficiência, os deveres de cuidado e de cooperação.

16 O dever de cuidado é consequência direta do
 postulado da indisponibilidade do interesse público. Em
 decorrência desse postulado, todo agente público tem o dever
 19 de, no cumprimento fiel de suas atribuições, perseguir o
 interesse público manifesto na Constituição Federal e nas leis.
 Conduz, portanto, à ideia de vedação da omissão, já que deixar
 22 de cumprir tais atribuições evidenciaria conduta ilícita.

O dever de cuidado conduz, ainda, a uma ampla
 interação entre as estruturas públicas de controle, ou seja, é um
 25 dever de cooperação, não como faculdade, mas como
 obrigação que, em regra, dispensa formas especiais, como
 previsões normativas específicas, convênios e acordos.

28 Sob essa perspectiva, o controle público do Estado
 deve incorporar à sua cultura institucional o compromisso com
 o direito fundamental ao bom funcionamento do Estado. Nesse
 31 contexto, os deveres de cuidado e de cooperação se impõem a
 todas as estruturas do Estado destinadas a promover o controle
 da máquina estatal.

34 A observância do dever de cuidado e do de
 cooperação — traduzida, portanto, na atuação comprometida
 e concertada das estruturas orientadas para a função de controle
 37 da gestão pública — deve promover, entre os agentes e órgãos
 de controle, comportamentos de responsabilidade e
 responsividade. Por responsabilidade entenda-se o genuíno
 40 compromisso com a integralidade do ordenamento jurídico, o
 que pressupõe, acima de tudo, o reconhecimento de um regime
 de vedação da omissão. Responsividade, por sua vez, traduz o
 43 comportamento orientado a oferecer respostas rápidas e
 proativas, impregnadas de verdadeiro compromisso com a
 ideia-chave de promover o bom funcionamento do Estado.

A respeito das ideias veiculadas no texto **CB2A2AAA**, julgue os itens que se seguem.

- 1 De acordo com o autor do texto, a ampla interação entre as estruturas públicas de controle é obtida quando se dispensa atenção especial a determinadas formas de cooperação entre órgãos, como previsões normativas específicas, convênios e acordos.
- 2 O termo “responsividade” foi empregado nas linhas 39 e 42 com o sentido de qualidade de quem responde pelos próprios atos, ou pelos de outrem, em situação jurídica passível de punição.
- 3 A tese defendida pelo autor do texto resume-se à ideia expressa na seguinte assertiva: o Estado é um peso para toda a sociedade, mas, como não se pode prescindir dele, devem-se arquitetar mecanismos para que os impostos pagos pela sociedade sejam distribuídos em favor dos mais pobres.
- 4 Infere-se do texto que os tribunais de contas agem sob a égide do dever de cuidado não apenas ao zelarem pelo interesse público expresso nos dispositivos legais, mas também ao se obrigarem a atuar em cooperação com as demais estruturas públicas de controle.
- 5 Depreende-se do texto que o não cumprimento do dever de cuidado por omissão poderá resultar na aplicação de sanções ao servidor público.
- 6 O sentido original do texto seria preservado caso o período “Então, se do Estado (...) eficiente e eficaz” (l. 6 a 8) fosse reescrito da seguinte forma: Na busca por otimizar o seu funcionamento, o Estado ainda não pode prescindir da civilização; então, resta aperfeiçoá-lo, tornando-o menos caro e aumentando sua eficiência e eficácia.

Com relação às estruturas linguísticas do texto **CB2A2AAA**, julgue os itens a seguir.

- 7 A coerência textual seria mantida se o verbo “catalisar” (l.5) fosse substituído pelo verbo **organizar**.
- 8 No terceiro período do texto, as formas pronominais “lo”, em suas duas ocorrências — “aprimorá-lo” e “torná-lo” —, e “seu” referem-se a “Estado”.
- 9 No trecho “de modo a torná-lo menos oneroso, mais eficiente e eficaz” (l.8), detalha-se e explicita-se o que se deve entender por “buscando otimizar o seu funcionamento” (l.7).
- 10 Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, o trecho “O dever de cuidado (...) e nas leis” (l. 16 a 20) poderia ser reescrito da seguinte forma: O dever de cuidado é consequência direta do postulado da indisponibilidade do interesse público; em decorrência do qual todo agente público deve ter o dever, de cumprindo fielmente, as suas atribuições, perseguir o interesse público manifesto na Constituição Federal e nas leis.

- 11 No trecho “a uma ampla interação” (ℓ. 23 e 24), a inserção do sinal indicativo de crase no “a” manteria a correção gramatical do período, mas prejudicaria o seu sentido original.
- 12 A coerência do texto seria preservada caso os vocábulos “comprometida” (ℓ.35) e “concertada” (ℓ.36) fossem substituídos, respectivamente, por **responsável e reparada**.

Texto CB2A2BBB

1 O fenômeno da corrupção, em virtude de sua complexidade e de seu potencial danoso à sociedade, exige, além de uma atuação repressiva, também uma ação preventiva do Estado. Portanto, é preciso estimular a integridade no serviço público, para que seus agentes sempre atuem, de fato, em prol do interesse público.

7 Entende-se que a integridade pública representa o estado ou condição de um órgão ou entidade pública que está “completa, inteira, perfeita, sã”, no sentido de uma atuação que seja imaculada ou sem desvios, conforme as normas e valores públicos.

13 De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a integridade é mais do que a ausência de corrupção, pois envolve aspectos positivos que, em última análise, influenciam os resultados da administração, e não apenas seus processos. Além disso, a OCDE compreende um sistema de integridade como um conjunto de arranjos institucionais, de gerenciamento, de controle e de regulamentações que visem à promoção da integridade e da transparência e à redução do risco de atitudes que violem os princípios éticos.

22 Nesse sentido, a gestão de integridade refere-se às atividades empreendidas para estimular e reforçar a integridade e também para prevenir a corrupção e outros desvios dentro de determinada organização.

Internet: <www.cgu.gov.br> (com adaptações).

Julgue os próximos itens, relativos a aspectos linguísticos e às ideias do texto **CB2A2BBB**.

- 13 Seria mantida a correção gramatical do texto se o vocábulo “Portanto” (ℓ.4) fosse substituído por **Por conseguinte**.
- 14 Nesse texto, de natureza informativo-argumentativa, busca-se convencer o leitor de que a integridade, como qualidade de órgãos e entidades públicas, contribui para que os agentes do serviço público atuem prevenindo a corrupção e em prol do interesse público.
- 15 A coerência e a coesão do texto seriam mantidas caso o seguinte trecho fosse incluso como continuação do segundo parágrafo: Assim sendo, a integridade pública pode ser compreendida como uma virtude ou qualidade dos agentes que atuam, em uma determinada organização, de maneira proba, em favor do interesse público e em conformidade com os princípios, normas ou valores que norteiam a administração pública.

Ainda com relação a aspectos linguísticos do texto **CB2A2BBB**, julgue os itens subsequentes.

- 16 O sujeito da oração iniciada por “Entende-se” (ℓ.7) é indeterminado.
- 17 A supressão da expressão “que seja” (ℓ.10) não prejudicaria o sentido original do parágrafo em que está inserida, mas lhe alteraria as relações morfossintáticas.
- 18 Seria mantido o sentido restritivo da oração iniciada pelo pronome “que” (ℓ.15) se fosse inserida uma vírgula imediatamente após a palavra “positivos” (ℓ.14).
- 19 A coesão e a correção gramatical do trecho “e à redução do risco de atitudes que violem os princípios éticos” (ℓ. 20 e 21) seriam mantidas caso a forma verbal “violem” fosse flexionada no singular, passando, então, a concordância a restringir-se ao termo “risco”.
- 20 O trecho “e também” (ℓ.24) poderia ser corretamente isolado por vírgulas, recurso que lhe conferiria ênfase.

[...]

9. Por fim, apesar de a Coordenadoria de Controle de Recursos Antecipados ter expedido o documento, os técnicos responsáveis farão a fiscalização *in loco*.

10. Vossa Excelência será informada acerca do andamento do processo.

Atenciosamente,

[assinatura]

[identificação do signatário]

Considerando o fragmento de texto apresentado, que contém os parágrafos finais e o fecho de um expediente em padrão ofício, julgue os seguintes itens, de acordo com o **Manual de Redação da Presidência da República** (MRPR).

- 21 Dado o emprego do fecho Atenciosamente, infere-se que o destinatário da comunicação em análise ocupa cargo de nível hierárquico igual ou inferior ao do signatário.
- 22 No último parágrafo da comunicação apresentada, o termo informada foi empregado no feminino para concordar com o pronome de tratamento Vossa Excelência.

Ofício n.º 0064/2016 - TCE/SC

Florianópolis, 25 de janeiro de 2016.

XXXXXX

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde – R. Dr. Jorge Luz Fontes, 310 – Centro
88020-900 – Florianópolis – SC

Assunto: Encaminhamento de documento – Ofício n.º 242/2016-GP

XXXXXXXX,

Em resposta ao Ofício n.º 242/2016-GP, encaminhado, anexa, cópia do Parecer n.º 01/2016 da DCE – TCE/SC acerca das inspeções realizadas em hospitais da rede pública estadual, no ano de 2015.

Respeitosamente,

[Assinatura]

[identificação do signatário]

Tendo como referência a comunicação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir à luz das normas do MRPR.

- 23 O expediente em análise não está adequado quanto à finalidade e à estrutura do padrão do ofício, visto que não contém parágrafos de desenvolvimento devidamente numerados nem comentários do signatário da comunicação a respeito do documento encaminhado.

- 24 O expediente em apreço consiste em uma forma de comunicação eminentemente interna.
- 25 No documento apresentado, foram atendidas as normas do padrão ofício estabelecidas pelo MRPR relativas à posição da data e do local.
- 26 Na identificação do signatário da referida comunicação, devem constar, abaixo do local da assinatura, o nome e o cargo da autoridade que expede a mensagem.

Com relação aos conceitos e aplicações dos controles em geral no âmbito da administração pública, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que as siglas CF, CE/SC, TCU e TCE/SC, sempre que empregadas, se referem, respectivamente, a Constituição Federal de 1988, Constituição do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

- 27 O controle administrativo se materializa no poder de fiscalização e correção que a administração pública exerce sobre a sua própria atuação. Essa modalidade de controle coexiste com o controle externo, da esfera do Poder Legislativo, e o judicial. No caso da administração indireta, é usual mencionar-se o termo tutela, uma vez que não há relação de subordinação, mas, sim, de vinculação.
- 28 Para fins de controle do cumprimento da meta de superávit primário, deve-se verificar, ao final de cada bimestre, se a receita arrecadada é compatível com as estimativas e com a programação do exercício, sob pena de contingenciamento de dotações orçamentárias.
- 29 A CE/SC, reproduzindo o conteúdo da CF, conferiu à fiscalização contábil, orçamentária e financeira caráter abrangente, transcendendo os aspectos de legalidade, sem se restringir à realização da despesa, e tratando do bom uso dos recursos.
- 30 Ao TCE/SC, como órgão auxiliar de controle da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, incumbe apreciar as contas prestadas anualmente pelo governador, as quais incluem as dos demais poderes, além das do Ministério Público e da Defensoria Pública, mas não as contas do próprio TCE/SC, que devem ser encaminhadas diretamente à Assembleia Legislativa.
- 31 O controle externo foi consideravelmente ampliado pela CF, compreendendo a função, entre outras, de consulta, como, por exemplo, na manifestação do TCU sobre as contas prestadas pelo presidente da República, realizada antes do julgamento dessas contas pelo Congresso Nacional.

Com base nas Leis Orgânicas do TCU e do TCE/SC e na legislação aplicável aos tribunais de contas, julgue os itens seguintes.

- 32 Cabe ao TCE/SC o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por sociedades instituídas e mantidas pelo poder público, assim consideradas aquelas em que o poder público detém a maioria das ações ou quotas de capital.
- 33 Em caso de consulta formulada ao TCU, por autoridade competente, acerca da interpretação de disposições regulamentares em matéria de sua competência, a resposta constituirá prejulgamento, aplicando-se à situação concreta objeto da consulta que eventualmente venha a fazer parte das contas da referida autoridade, quando do respectivo julgamento.

Com relação aos conceitos gerais de auditoria e aos papéis utilizados na sua execução, julgue os itens seguintes.

- 34 Embora as técnicas de trabalho das auditorias interna e externa não apresentem diferenças fundamentais, a auditoria interna goza de maior credibilidade perante os usuários do campo externo da empresa, por conhecer melhor a situação desta e por dispor de informações mais detalhadas. Em compensação, a auditoria externa está mais habilitada a perceber as ineficiências de ordem administrativa e operacional.
- 35 Como regra geral, os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva do auditor. A seu critério, partes ou excertos desses papéis podem ser postos à disposição do auditado, que deve autorizar formalmente, salvo em situações legais específicas, a sua entrega a terceiros.
- 36 Os lançamentos propostos pelo auditor devem constar de seus papéis de trabalho, de modo que, por exemplo, se o auditado efetuar pagamentos antecipados a fornecedores, debitando fornecedores, o auditor deverá propor um lançamento de ajuste, a débito de fornecedores e a crédito de adiantamentos a fornecedores, para efeito de apresentação apropriada das demonstrações contábeis.
- 37 A abrangência da auditoria de gestão pública transcende o conceito tradicional, pois, entre outros aspectos, não se restringe à mera verificação *a posteriori*, nem às questões de caráter estritamente legal; está voltada para a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade da aplicação dos recursos públicos.

Com base nas normas de auditoria do TCE/SC e no **Manual de Procedimentos de Auditoria de Regularidade**, julgue os itens a seguir.

- 38 Na elaboração dos relatórios de auditoria, deve-se incluir parágrafo de ênfase somente nos casos de pareceres. Os relatórios com ressalvas devem ser evitados, pois o juízo sobre os efeitos e a gravidade do fato motivador da ressalva cabe ao relator.
- 39 A principal finalidade do manual de auditoria de regularidade em um tribunal de contas é dar ciência aos órgãos e entidades sujeitos à fiscalização desse tribunal acerca do conteúdo e da forma dos exames destinados à emissão dos relatórios e pareceres sobre as contas dessas entidades e órgãos.
- 40 Se, durante a realização dos trabalhos de auditoria, forem encontrados indícios de achados de que possam resultar irregularidades, o auditor não deverá revelá-los nem solicitar informações, principalmente se a desconformidade for contínua, para evitar que eventuais erros sejam corrigidos e provas, eliminadas. A comunicação só deverá ser feita ao final dos trabalhos.

Acerca das funções, dos princípios e dos principais documentos relacionados ao orçamento público, julgue os próximos itens.

- 41 No plano plurianual, devem-se discriminar os programas temáticos por esfera orçamentária.
- 42 O orçamento público viabiliza a intervenção do governo na atividade econômica com vistas à geração de emprego e renda.

Julgue os itens a seguir, relativos à implementação do orçamento público no Brasil.

Espaço livre

- 43** O grupo de destinação de recursos divide a receita pública entre os recursos originários do Tesouro Nacional e os originários de outras fontes, fornecendo também a indicação sobre o exercício em que esses recursos foram arrecadados.
- 44** A fixação da despesa, que compreende a adoção de medidas em determinada situação idealizada, conforme os recursos disponíveis e as diretrizes e prioridades traçadas pelo governo, é um dos estágios da despesa pública previstos na legislação em vigor.
- 45** Os conceitos de dívida fundada e dívida flutuante aplicam-se indistintamente à dívida ativa e à dívida passiva.
- 46** Se, em função da natureza de determinada ação orçamentária, for necessário seu acompanhamento intensivo, será obrigatória a utilização da identificação denominada plano orçamentário.
- 47** Caso seja necessário modificar os atributos de determinado crédito orçamentário, a modificação deverá ser feita por meio de créditos suplementares, créditos especiais ou créditos extraordinários.

Com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Acesso à Informação, julgue os itens subsequentes.

- 48** Se determinado ente da Federação assinar contrato de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por entidade vinculada a este ente, a operação deverá ser incluída no montante da dívida pública consolidada.
- 49** No âmbito fiscal do setor público, o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas e as despesas, incluídas as operações de crédito ativas e passivas destinadas ao refinanciamento da dívida pública.
- 50** No caso de indeferimento de acesso a informações, o recurso deverá ser apresentado inicialmente à autoridade que exarou a decisão impugnada, cabendo recurso em segunda instância à autoridade hierarquicamente superior.